

RESOLUÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTRUTURAS E CONSTRUÇÃO CIVIL Nº 02/2024

Estabelece critérios para a concessão de bolsas institucionais de mestrado e doutorado no Programa de Pós- Graduação em Estruturas e Construção Civil da Universidade de Brasília

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estruturas e Construção Civil (PPGECC) da Universidade de Brasília (UnB), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos Art. 7º do Regulamento do Programa e o que deliberou o seu Colegiado em sua 4ª reunião ordinária em 2024, realizada no dia 07 de junho, resolve estabelecer critérios para a concessão de bolsas institucionais de mestrado e doutorado no Programa da seguinte forma:

TÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º As bolsas institucionais de mestrado e doutorado do PPGECC são aquelas atribuídas ao Programa por meio de editais e cotas de agências de fomento ou da própria UnB.

Art. 2º As bolsas institucionais de mestrado e doutorado do PPGECC são destinadas aos(às) discentes regularmente matriculados(as) no Programa, que atuem em regime de dedicação integral e dentro do prazo regulamentar previsto para conclusão do curso no qual esteja matriculado(a).

§1º Para os fins desta Resolução, entende-se como discentes que atuam em regime de dedicação integral como aqueles(as) que se dedicam 40 horas semanais às atividades do Programa.

§2º Os(as) discentes que pleiteiam bolsas institucionais do PPGECC não podem ter em seu histórico escolar registro de duas ou mais disciplinas com menção MM.

§3º Os(as) discentes que pleiteiam bolsas institucionais do PPGECC não podem ter registro de reprovação em disciplinas em seu histórico escolar.

§4º Os(as) discentes que pleiteiam bolsas institucionais do PPGECC não podem ter registro de matrícula anterior no programa ao mesmo grau de formação (reingressantes).

§5º Os(as) discentes que pleiteiam bolsas institucionais no PPGECC devem ainda satisfazer a todos os pré-requisitos de editais e cotas das agências de fomento ou da própria UnB nas quais serão cadastrados(as) como bolsistas.

Art. 3º Os(as) discentes que pleiteiam bolsas ou que já são bolsistas do Programa Demanda Social (DS) da Capes poderão acumular a bolsa de mestrado ou de doutorado com atividade remunerada ou outros rendimentos, nos termos da Portarias Capes 133/2023 e 187/2023, e da Resolução da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP) nº 02/2023. Discentes que pleiteiam bolsas de outras agências de fomento deverão respeitar as regras de acúmulo da bolsa com atividade remunerada ou outros rendimentos especificados pela agência provedora da bolsa.

Art. 4º Define-se a Nota de Classificação do Discente (NCD) como a pontuação calculada com a

finalidade de se estabelecer a ordem de classificação dos discentes que pleiteiam bolsas institucionais de mestrado e doutorado no PPGECC, em cada uma das faixas estabelecidas no Art. 6º.

Parágrafo único – A NCD é calculada considerando a nota de seleção do discente, bem como outros indicadores observados enquanto discente regular no curso para o qual pleiteia a bolsa, da seguinte forma:

$$NCD = \begin{cases} NS, & \text{se discente ingressante} \\ \frac{3n \cdot NS + \sum_{i=1}^{\#D} (cr_i \cdot ND_i) + 3 \cdot \sum_{i=1}^{\#PP} NPP_i + 2 \cdot \sum_{i=1}^{\#PA} NPA_i}{3n + \sum_{i=1}^{\#D} cr_i + 3 \cdot \#PP + 2 \cdot \#PA}, & \text{se discente antigo} \end{cases}$$

sendo:

n – Número de semestres desde o registro junto à Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA);

NS – Nota de seleção quando do ingresso no PPGECC;

ND_i – Nota da i -ésima disciplina cursada;

NPP_i – Nota da i -ésima publicação em periódico;

NPA_i – Nota da i -ésima publicação em anais de conferências nacionais ou internacionais;

cr_i – Número de créditos da i -ésima publicação;

$\#D$ – Número de disciplinas cursadas;

$\#PP$ – Número de publicações em periódicos;

$\#PA$ – Número de publicações em anais de conferências nacionais e internacionais.

As notas atribuídas às disciplinas e publicações para o cômputo da NCD são definidas por:

Disciplinas

Menção	ND_i
SS	10,0
MS	8,0
MM	6,0

Publicações em Anais de Conferências

Tipo	NPA	
	Doutorado	Mestrado
Internacional	5,0	9,0
Nacional	2,0	8,0

Publicações em Periódicos

Estrato Qualis	NPP	
	Doutorado	Mestrado
A1	10,0	10,0
A2	9,5	10,0
A3	9,0	9,5
A4	8,5	9,5
B1	0,0	9,0
B2	0,0	0,0
B3	0,0	0,0
B4	0,0	0,0

TÍTULO II - DA DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS INSTITUCIONAIS

Art. 5º A seleção interna para concessão das bolsas institucionais de mestrado e doutorado do PPGECC ocorrerá após a realização de cada edital de seleção de novos discentes regulares do Programa.

§1º A lista de espera resultante da seleção interna para concessão de bolsas institucionais tem validade até a realização do próximo edital de seleção de novos discentes regulares do Programa, ou até que o(a) último(a) discente da lista de espera por bolsas subsecutivas seja contemplado(a), prevalecendo o que ocorrer primeiro.

§2º No caso de o resultado da seleção interna perder validade antes da realização do edital de seleção de alunos regulares do PPGECC, poder-se-á promover uma nova seleção interna para concessão de bolsas institucionais, desde que ainda haja cotas de bolsa disponíveis e que novas demandas por bolsas sejam enviadas para a Secretaria do Programa.

Art. 6º Para fim do estabelecimento da lista de concessão de bolsas institucionais do PPGECC, a cada edital de seleção interna, os(as) discentes serão classificados(as) de acordo com os seus cursos em Faixas de priorização.

§1º Para fins da distribuição de bolsas institucionais do Programa em cada um dos seus cursos, definem-se as seguintes Faixas, em ordem decrescente de priorização:

- **Faixa I:** Discentes que declararem não possuir atividades remuneradas ou outros rendimentos.
- **Faixa II:** Discentes que declararem possuir atividades remuneradas ou outros rendimentos associados, exclusivamente, ao recebimento de bolsas de pesquisa no âmbito de projetos com a participação de docentes credenciados no PPGECC.
- **Faixa III:** Discentes que declararem possuir atividade remunerada ou outros rendimentos associados a vínculo empregatício ou funcional como professor substituto em IES públicas ou ao recebimento de bolsas de pesquisa no âmbito de projetos sem a participação de docentes credenciados no PPGECC.
- **Faixa IV:** Discentes que declararem possuir atividade remunerada ou outros rendimentos com carga horária semanal de até 20 horas e que não se enquadrem nas Faixas II e III.

- **Faixa V:** Discentes que declararem possuir atividade remunerada ou outros rendimentos que não se enquadrem na Faixa IV.

§2º A distribuição de bolsas institucionais dentro de cada uma das Faixas definidas no §1º deste artigo seguirá ainda critérios de priorização específicos definidos nos Arts. 7º e 8º.

§3º A distribuição de bolsas para a próxima Faixa só poderá ocorrer quando todos os discentes das Faixas anteriores forem contemplados.

Art. 7º A distribuição de bolsas institucionais do Programa dentro das Faixas I, II, III e IV, definidas no §1º do Art. 6º, seguirá a seguinte uma ordem de prioridade:

- I. Discentes que ingressaram no PPGECC por meio de vagas destinadas às ações afirmativas, nos termos do Artigo 2º da Resolução nº 011/2020 da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), no Art. 15º da Resolução nº 044/2020 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e no Art. 8º da Resolução nº 05/2020 da CPP, em ordem decrescente do NCD.
- II. Demais discentes, em ordem decrescente do NCD.

Art. 8º A distribuição de bolsas institucionais do Programa dentro da Faixa V, definida no §1º do Art. 6º, seguirá a seguinte uma ordem de prioridade:

- I. Discentes que ingressaram no PPGECC por meio de vagas destinadas às ações afirmativas, nos termos do Artigo 2º da Resolução nº 011/2020 da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), no Art. 15º da Resolução nº 044/2020 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e no Art. 8º da Resolução nº 05/2020 da CPP, em ordem decrescente do NCD.
- II. Demais discentes em ordem crescente de carga horária semanal dedicadas a atividades remuneradas.
- III. A nota do NCD será adotada como critério de desempate.

Art. 9º Os discentes que pleiteiam bolsas institucionais do Programa e que se enquadrem nas Faixas II a V, definidas no §1º do Art. 6º, devem apresentar no ato da sua solicitação:

- a. um plano de trabalho demonstrando compatibilidade entre a atividade remunerada ou outros rendimentos e o cumprimento do regime de dedicação ao Programa. O plano de trabalho deverá ter assinatura digital ou reconhecida do candidato, do superior imediato na atividade remunerada e do orientador ou do coordenador do programa, quando este ainda não tiver definido a orientação;
- b. despacho no SEI com parecer circunstanciado do seu orientador ou do coordenador do programa, quando este ainda não tiver definido a orientação, manifestando o acordo e a exequibilidade do plano de trabalho;
- c. contrato de trabalho ou equivalente que permita caracterizar a Faixa conforme definido no §1º do Art. 6º e a carga horária semanal para fins de classificação conforme definido no inciso II do Art. 8º; e
- d. para os discentes na Faixa V, declaração do superior imediato na atividade remunerada de compatibilidade da atividade remunerada com o regime de dedicação à pós-graduação para fins de recebimento de bolsa de estudos conforme modelo a ser disponibilizado pelo PPGECC. A declaração deverá ter assinatura digital ou firma reconhecida do superior imediato.

TÍTULO IV - DA VIGÊNCIA DAS BOLSAS INSTITUCIONAIS

Art. 10º A vigência das bolsas institucionais do PPGECC atribuídas a discentes das Faixas I a IV, definidas no §1º do Art. 6º, é de até 24 meses para o curso de mestrado e de até 48 meses para o curso de doutorado, contados a partir do primeiro mês do recebimento da bolsa.

Parágrafo único. Após a concessão da bolsa institucional do Programa, é obrigação do(a) discente, inicialmente enquadrado(a) nas Faixas I, II, III e IV, comunicar ao Programa caso passe a possuir atividade remunerada ou outros rendimentos que o(a) enquadrem na Faixa V definida no §1º do Art. 6º.

Art. 11º A vigência das bolsas institucionais atribuídas a discentes enquadrados(as) na Faixa V, definida no §1º do Art. 6º, é de até 6 meses, tanto para o curso de mestrado como para o curso de doutorado, contados a partir do primeiro mês do recebimento da bolsa.

§1º Os(as) discentes que se enquadrem na Faixa V e sejam contemplados com bolsas institucionais do Programa podem participar de novos processos de seleção interna, de modo a poderem ser contemplados(as) novamente com cotas de bolsa institucionais do Programa, cuja vigência obedecerá ao que versa o *caput* e o §1º do presente artigo.

§2º No caso de haver alteração de enquadramento para a Faixa V, conforme disposto no Parágrafo único do Art. 10º, haverá alteração da vigência da bolsa que passará a ser até o mês de realização da próxima seleção interna para concessão das bolsas institucionais.

Art. 12º Em qualquer um dos cursos, mestrado ou doutorado, o tempo de vigência da bolsa não poderá ultrapassar o prazo máximo para a defesa da dissertação ou da tese estabelecido no Regulamento do Programa, sem serem considerados os períodos de prorrogação.

TÍTULO V - DA MANUTENÇÃO E CANCELAMENTO DAS BOLSAS INSTITUCIONAIS

Art. 13º A concessão de bolsa institucional poderá ser cancelada, a qualquer momento, se ao menos uma das seguintes condições for observada:

- I. O(a) discente bolsista não obedecer às normas do PPGECC e àquelas estabelecidas no Termo de Compromisso e no Regulamento da modalidade de bolsa na qual esteja cadastrado(a).
- II. O(a) discente bolsista estiver matriculado(a) em menos que 4 (quatro) créditos em um semestre letivo, salvo no caso em que ele(a) já tiver integralizado o número de créditos do curso no qual esteja matriculado(a), ou se o número de créditos que restam para essa integralização for inferior a 4 (quatro).
- III. O(a) discente bolsista for reprovado(a) em alguma disciplina durante a vigência da sua bolsa.
- IV. O(a) discente bolsista for reprovado(a) ou não ter realizado dentro do prazo o exame de qualificação ou não ter realizado a defesa dentro do prazo estabelecido no Regulamento do Programa.
- V. O(a) discentes bolsista ter em seu histórico escolar registro de duas ou mais disciplinas com menção MM.
- VI. O(a) discente bolsista descumprir a dedicação integral, nos termos do §1º do Art. 2º desta

Resolução.

VII. Ocultação comprovada do acúmulo de bolsa com atividade remunerada ou outros rendimentos.

Art. 14º Não sendo observada nenhuma das condições de que trata o Art. 13º desta Resolução, a bolsa será cancelada, a qualquer momento, a pedido do(a) discente, ou no mês de sua titulação, ou no mês de seu desligamento, seja voluntário, seja pelos critérios estabelecidos no Regulamento do Programa.

Art. 15º As bolsas canceladas pelo disposto nos Arts. 13º e 14º desta Resolução serão consideradas disponíveis no âmbito do Programa e serão concedidas aos demais discentes que compõem a lista de espera por bolsas, seguindo os critérios de distribuição definidos nos Arts. 6º, 7º e 8º.

TÍTULO VI - DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO INTERNA E DA LISTA DE CONCESSÃO DE BOLSAS INSTITUCIONAIS

Art. 15º O edital de seleção interna para concessão de bolsas será divulgado a todos os discentes do PPGECC via lista de e-mails e no website do Programa.

Art. 16º O resultado do edital de seleção interna, na forma da lista de classificação para concessão de bolsas seguindo os critérios de priorização definidos nos Arts. 6º, 7º e 8º, será divulgado no website do Programa.

Parágrafo único. Os discentes poderão acompanhar o andamento do processo de concessão das bolsas institucionais por meio da atualização da lista de classificação disponibilizada no website do Programa, o que ocorrerá a cada nova concessão realizada.

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º Os casos omissos nesta resolução serão decididos pela Comissão de Bolsas do PPGECC, em consonância com a legislação vigente.

Art. 18º Recursos quanto às decisões da Comissão de Bolsas serão deliberados pelo Colegiado do PPGECC.

Art. 19º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do PPGECC.

Brasília, 05 de julho de 2024.